

BARROS, R. (2011) *Genealogia dos Conceitos em Educação de Adultos: Da Educação Permanente à Aprendizagem ao Longo da Vida – um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional*. Lisboa, Chiado Editora.

Este é um livro provido de um forte, e nunca oculto, posicionamento político da autora relativamente à prática da educação de adultos, entendida em todas as suas dimensões. Recusa-se a possibilidade de existência de um olhar despolitizado sobre os conceitos críticos e pedagógicos do campo, alertando-se de forma muito sustentada, para o processo de «ressemantização política» (p. 20) que, nas últimas décadas, tem atingido o quadro crítico e conceptual da educação de adultos. Nas suas páginas defende-se uma educação de adultos em contracorrente, em que as prioridades sejam a apologia da democracia solidária e a transformação social em benefício de cada ser humano e da sociedade, em geral.

A obra organiza-se em duas partes: a I Parte, aborda questões de heurística na Educação de Adultos, estabelecendo-se um mapa (inter) nacional dos conceitos e fundamentos educacionais gerais. Nessa análise, a autora define os conceitos de educação, formação, aprendizagem, ensino e desenvolvimento como os nucleares na área global da educação. No que se refere à educação de adultos, em particular, os conceitos centrais são os de adulto/adulter, experiencial, formal, não formal e informal. Aqui sublinha-se a «metamorfose discursiva», a «flutuação terminológica» e a «insuficiente teorização» (p. 40) como os principais

factores responsáveis pela manipulação discursiva a que a identidade da educação de adultos tem sido sujeita.

Na II Parte, a autora aporta a genealogia dos conceitos em Educação de Adultos, percorrendo e problematizando (inter)nacionalmente perspectivas político-filosóficas estruturantes do sector. Problematiza-se os binómios conceptuais considerados fundamentais na área nomeadamente, educação permanente, sociedade da aprendizagem, organização qualificante e aprendizagem ao longo da vida. Aqui demonstra-se que a definição de um conceito de educação de adultos é historicamente recente, estando vinculado à formação e ao desenvolvimento dos sistemas de educação escolar ocidental modernos, sobretudo a partir da revolução francesa, em que os Estados abraçam a missão de alfabetizar e formar profissionalmente as pessoas. No entanto, são as agências organizadas da ONU, principalmente a UNESCO, que, depois da II Guerra Mundial, sistematizam o conceito e criam as condições para que este se constitua como um campo específico da educação, o qual virá a ser fortemente afectado por «perspectivas teóricas e disciplinares sobre as metodologias das práticas da educação de adultos» (p. 96) e por «perspectivas políticas e filosóficas sobre as ideologias dos discursos da educação de adultos» (p. 96). Assim, a autora indaga sobre a relação entre o saber e o poder no campo da educação de adultos, ao longo dos tempos, centrando a sua análise nos binómios conceptuais de educação permanente e de aprendizagem ao longo da vida, que são vistos

neste livro como paradigmas educativos radicalmente opostos ao nível das suas géneses históricas e políticas, ao nível do papel, da missão e da intencionalidade que lhes são atribuídos, mas também ao nível da visão do mundo que existe e do mundo que se quer que exista.

Barros acautela o leitor para o facto de a opção política por um ou por outro paradigma educativo ter implicações bem distintas, mas igualmente sérias, na vida dos indivíduos e da sociedade: enquanto a educação permanente é legatária de uma tradição de manancial crítico fundado nas correntes de pensamento marxista e neo-marxista, e se eleva a partir dos ideais democráticos e da defesa dos direitos humanos, a aprendizagem ao longo da vida é descendente de uma tradição tecnocrática e gestionária alicerçada na escola de pensamento funcionalista. Enquanto a educação permanente pretende que o ser humano se construa como cidadão e sujeito actor do seu processo existencial, a aprendizagem ao longo da vida pretende convertê-lo em objecto. A pessoa já não interessa enquanto cidadã, mas enquanto consumidora de qualificações e competências, o que a coloca ao serviço da lógica economicista e de mercado. Assim, enquanto a primeira se assume, na sua essência, autêntica e transformadora, a segunda, sendo-o na sua aparência, apenas pretende a todo o custo (custo do trabalhador) o aumento da eficácia da actividade produtiva, a gestão da força de trabalho, a prevenção da conflitualidade social e a promoção da adaptabilidade da pessoa através do desenvolvimento de competências.

Ora, se a verdadeira prática de educação de adultos é a que se entende não como fim, mas como meio de conscientização, que conduzirá à acção transformadora e libertadora, e se nos lembrarmos de que vivemos numa altura em que o consenso neoliberal anuncia o crescimento e a estabilidade económicos alicerçados na redução de custos laborais, saberemos que agora, mais do que nunca, é importante cultivar a consciência crítica e questionar a actual distribuição social de poder. Por conseguinte, a autora afirma que assistimos à substituição do paradigma da educação permanente, o qual impele «à salvaguarda da democratização da sociedade ... e à transformação social, cuja finalidade tem sido ao longo do tempo a de contribuir para criar comunidades mais esclarecidas e sociedades que sejam tendencialmente mais justas e mais livres» (p. 185), por um outro –oda aprendizagem ao longo da vida– que instrumentaliza o ser humano em todas as suas dimensões, transformando-o em títere da lógica neoliberal e individualista.

Subscrevendo os pressupostos da educação permanente, que busca a construção de uma sociedade em que todos, independentemente da sua idade ou situação face ao emprego, aprendem com todos e em que as instituições, suportadas por um Estado responsável pelas suas políticas nacionais, trabalham em relação na defesa do bem comum, da solidariedade e da emancipação social, a autora afirma o seu desejo de que a verdadeira utopia se cumpra: não é uma utopia sinónima de intangibilidade, mas aquela que encontra o seu significado no anseio

de alcançar uma realidade democrática e igualitária, na qual ninguém fique impossibilitado de realizar o seu potencial humano. Nesta busca pela utopia, não podemos aceitar sem debate a educação de adultos que nos é proposta pelas organizações internacionais, pois também elas definiram os seus programas com base nas imposições dos mercados de investimento, também elas se contentam com uma sociedade em que os insolventes e os pobres não sejam demasiados (de acordo com os seus critérios), mas sejam os necessários para manter o sistema a funcionar.

Por conseguinte, na conclusão deste livro afirma-se, com mestria e sensibilidade, que «a luta contra o neoliberalismo terá de ser feita ... também pela via do simbólico, ou seja, pela reconstrução do pensamento político-pedagógico em moldes teórico-conceptuais que contribuam colectivamente ... para desnaturalizar as novas/velhas formas de opressão e desmistificar a consciência da realidade» (p. 192). Neste sentido, esta publicação é um contributo importante pois, não só apresenta uma discussão profunda sobre a influência da globalização neoliberal nas concepções educativas hegemónicas, como também questiona as consequências a nível humano (individual e social) que daí advêm.

Dora Valério Luís